

10

Democratização da comunicação por virtualidades e presenças

Na lista de discussão virtual sobre a Democratização da Comunicação estavam inscritas 167 pessoas e circularam 524 mensagens de novembro de 2004 a outubro de 2005, com uma média de 40 mensagens mensais. Vale a pena observar que, nos meses em que estava sendo pensada ou organizada alguma manifestação estudantil, as trocas aumentavam significativamente. Se nos meses de junho e julho já foi possível perceber um aumento na circulação das mensagens – período em que a ENECOS se organizou para realizar um ato público pelo lançamento da Telesul, nos meses setembro e outubro, as mensagens duplicaram: 175 mensagens foram enviadas. Tamanha atividade parece traduzir o sentido e a importância desse instrumento para a comunicação, divulgação, coesão e planejamento do grupo.

A lista de discussão não é restrita aos estudantes de Comunicação Social, podendo se inscrever todos aqueles que se identificam com a causa, como representantes de movimentos sociais. Para isso, basta que seja enviado um email ao moderador do GET indicando a vontade de participar. Tanto estudantes dos primeiros períodos como os que já estão se formando e os que já se formaram participam das listas, tecendo uma rede ativa e contínua entre pessoas que ficam conectadas mesmo estando em diferentes lugares do país, possibilitando que as conversas se nacionalizassem.

Estudantes dos períodos mais avançados como Marcelo (DF), Mariana (PE) Julia (SP), Vinicius (ES), Danilo (MG) foram os que mais trocaram mensagens – depois de Rogério, de quem falei abaixo - delineando as possibilidades interestaduais possibilitadas pela rede virtual. Avisos, recados, atas de reuniões, traduções de textos considerados importantes, indicações de possíveis *links* foram enviados para a lista de forma recorrente e a conversa se nacionalizava. Além desses itens, boletins de entidades como INDECS (Boletim Prometheus) e FNDC²¹ foram sempre re-encaminhados.

²¹ INDECS (<http://www.indecs.org.br>) e FNDC (<http://www.fndc.org.br>)

10.1

A contribuição dos ex-alunos

Foi em novembro de 2004 - assim que me inscrevi na lista do GET Democratização da Comunicação - que “conheci” Rogério, jornalista formado pela UNB e ex-militante da ENECOS. A sua colaboração foi de suma importância, pois estava sempre disponível para responder minhas perguntas, enviar notícias comentadas, artigos e avisos de eventos relacionados a democratização da comunicação. Além disso, sempre que alguma dúvida era lançada por alguém na lista virtual, prontamente Rogério respondia trazendo dados atualizados e demonstrando sua experiência no campo. Nosso contato não ficou restrito a esse espaço, pois constantemente “conversávamos” usando o programa MSN Messenger, pelo qual é possível trocar mensagens ao vivo.

A postura desse jornalista atuando entre estudantes novatos através de uma lista de discussão virtual fez com que me lembrasse da reflexão de Carrano (2003:31), a de que *“ninguém pode prever se as experiências sociais terão efeitos duradouros ou se serão inscritas apenas como eventos superficiais na formação da subjetividade”* dos jovens. No caso de Rogério, a participação no movimento pela democratização da comunicação não foi vivida como bandeira efêmera, tendo sido incorporada às suas práticas sociais mesmo quando o período de moratória social cessou. Ele exemplifica um dos tantos casos de estudantes que antes lideranças no movimento estudantil, depois de terem casado, tido filhos ou assumido um emprego, dão continuidade à causa.

Os estudantes que permanecem ligados à democratização da comunicação depois de formados costumam ser bastante citados na lista. João Brant, Gustavo Gindre e Thaís Ladeira, entre outros, hoje atuam como lideranças nacionais pela democratização da comunicação e são apontados como referências pelos estudantes, pois iniciaram suas militância através da ENECOS e não abandonaram a luta em suas atuações profissionais. Os ex-militantes são constantemente convidados a compor mesas e preparar falas em eventos e encontros da Executiva. João Brant, coordenador do Intervozes e Gustavo Gindre, do INDECS não apenas foram citados como usaram a lista para se comunicar com os ainda estudantes.

10.2

A pauta virtual de discussão

Em novembro de 2004, quando comecei a acompanhar a lista, uma das notícias enviada por Rogério divulgava os resultados de uma ação da sociedade civil organizada contra a discriminação das mulheres. Uma propaganda tinha sido veiculada por um comercial de cerveja contendo num descanso de copo a seguinte mensagem “Mulher e cerveja: especialidade da casa”²². O caso foi levado à Justiça pelo Comitê Latino-Americano para a Defesa dos Direitos da Mulher e ganhou. A cervejaria teve que custear cinco seminários em cada uma das regiões brasileiras, voltados para a realização de debates sobre o papel da mídia – que deveria estar além de reforçar preconceitos contra o sexo feminino.

Esse fato me faz lembrar um comentário feito por Paula (UERJ) sobre a qualidade de formação do Comunicador Social. A coordenadora da Regional Rio questionava a omissão dos professores nesse sentido, citando aulas em que eram pedidos trabalhos que simulassem a criação de peças publicitárias. A estudante contou que mesmo quando estudantes de sua turma apresentavam anúncios de cerveja usando a mulher como objeto sexual, os professores não abriam espaço para que pudessem pensar juntos sobre a transmissão de estereótipos e sobre a função do publicitário como sendo antes de qualquer coisa, um comunicador social, preocupado com a sociedade e não apenas em vender.

A associação entre democratizar a comunicação e pensar as questões de gênero foi desenhada todo o tempo, tanto nas listas, como nos eventos, reuniões e encontros. A dobradinha “democratização da comunicação” e “combate às opressões” já notada nas observações e entrevistas, também se refletia no espaço virtual.

Pela lista “Democratização da Comunicação” também circulou o decreto de 26 de novembro de 2004 da Constituição Brasileira²³, que instaura o Grupo de Trabalho Interministerial para análise da radiodifusão comunitária no país, tendo sido criticado pelos participantes, principalmente por apresentar como uma de suas funções a de “aperfeiçoar a fiscalização do sistema”. Na verdade, os movimentos pela democratização da comunicação encontram na radiofusão

²² Matéria disponível em: <http://www.adital.com.br/site/noticia.asp?lang=PT&cod=14424>. Acessado em novembro de 2004.

²³ Publicado no Diário Oficial em 29/11/2004.

comunitária um forte baluarte e sob a manta de ‘fiscalizar o sistema’ tem percebido que o governo federal tem não apenas tratado com morosidade a questão das concessões para seu funcionamento, como tem adotado braços fortes na hora de lacrar rádios ‘ilegais’, inclusive apresentando mandado de prisão aos seus organizadores.

Sob a discussão acima, os posicionamentos do professor Venício Lima foram vistos por uma estudante como esclarecedores, ao ponto da mesma repassar para a lista os artigos escritos por ele com animação: *“Pessoal, Encaminho mais um ótimo material do professor Venício Lima. Estou bastante contemplada com este artigo!”* (Enviado por Mariana, PE). Mariana estava se referindo ao artigo publicado no Observatório da Imprensa em 08/06/2005. Nesse texto, o professor chama atenção sobre o Grupo de Trabalho Interministerial (GTI) ter ficado com a incumbência de preparar um anteprojeto de regulamentação dos artigos 221 e 222 da Constituição, e não os artigos 220²⁴ e 223, que são segundo ele os mais importantes. Esses dois últimos artigos tratam dos seguintes pontos: tanto os que definem que “os meios de comunicação social não podem, direta ou indiretamente, ser objeto de monopólio ou oligopólio”, como os que tratam das outorgas de rádio e televisão, além de definir o princípio da complementaridade dos sistemas privado, público e estatal.

Quando os estudantes passam a ter acesso a posicionamentos que dialogam com as notícias oficiais – como no caso do da explicitação do ponto de vista do professor Lima a partir de notícia divulgada pelo Diário Oficial – aliados a iniciativas de movimentos sociais afins, como a Cris Brasil, encontram um canal possível para que possam intervir, se sentindo motivados a deixar suas contribuições. Exemplo disso pode ser tirado da mensagem enviada por Danilo (MG), escrita logo após João Brant ter escrito na lista que encaminharia uma carta ao governo federal em nome da Cris Brasil: *“Acho que poderíamos enviar uma carta manifestando o interesse da ENECOS em participar do processo de Construção da Lei Geral das Comunicações”*.

²⁴ Numa publicação do Congresso Nacional (2004), representantes da sociedade civil expõem seus argumentos em debate contra o monopólio ou oligopólio dos meios de comunicação de massa, aliás, proibidos pela Constituição Brasileira (parágrafo 5º do artigo 220).

10.3

Telesur: “Nosso norte é o sul”

Em 5 de julho de 2005, Mariana (PE) re-encaminhou uma mensagem eletrônica à lista enviada por Beto Almeida, então diretor da TV Comunitária de Brasília. Esse repasse já caracteriza a energia e vitalidade das fontes de mediação circulantes e a potencialidade e rapidez da Internet para divulgação das boas novas. Transcrevo algumas partes do documento por saber que o mesmo serviu de disparador para que a ENECOS abraçasse a idéia e se organizasse para apoiar e promover o lançamento da Telesul (www.telesurtv.net) no Rio de Janeiro, emissora financiada pelos governos da Venezuela, Argentina, Uruguai e Cuba:

(...) No próximo dia 24 de julho, a TV Sul, com sede em Caracas, inicia suas transmissões experimentais através do satélite NSS 806, onde o sinal estará disponível, gratuitamente.

(...) queremos uma televisão sem baixarias, sem culto ao consumismo ou à violência. E é isto o que temos que ajudar a realizar, criando a Rede TV Sul, que além de receber, poderá também alimentar esta televisão libertadora, enviando vídeos de produtores independentes, documentários ou reportagens sobre a luta do povo brasileiro, para que o mundo conheça verdadeiramente quem somos.

Na Tv Sul haverá o cinema latino-americano tão silenciado e boicotado; haverá jornalismo não controlado pelas transnacionais e bancos que ao anunciar ditam a linha editorial, haverá o espaço para contar a verdadeira história da nossa resistência secular de negros, indígenas e camponeses, e a arte e o talento de nossas artistas censurados e de nossos intelectuais libertários tão ignorados e desrespeitados pela mídia comercial. (...) Esperamos formar este grande mutirão para instalar a rebelião das antenas.

Uma semana depois (10/07), Elisa, coordenadora da ENECOS, divulgou na lista a reunião que aconteceria na sede da Tv Comunitária do Rio de Janeiro dali a dois dias, com a idéia de que se pudesse pensar em conjunto o lançamento da Tv Sul.. No email, Elisa diz esperar “*contar com a participação de todos aqueles que lutam pela democratização da comunicação para dar início à ‘Rebelião das Antenas’, na expressão do jornalista e diretor da TV Sul Beto Almeida*”, confirmando como determinados termos e discursos vão sendo apropriados e difundidos pelo grupo. A coordenadora aproveitou para encaminhar tanto uma entrevista feita por Pignotti (2005) ao diretor de jornalismo da Telesul, Jorge Enrique Botero, como um artigo escrito por Jakobisnki (2005). A prática de anexar às chamadas das reuniões textos foi comumente utilizada na lista para gerar discussões com “acúmulo teórico”, como dizem.

10.4

Ato-show De Costas para Hélio Costa

Quem estivesse passando pela Praça XV (RJ) em outubro talvez não soubesse que o ato público que ali estava sendo realizado vinha sendo discutido entre os estudantes desde julho. O coletivo Intervozes tinha escrito uma nota de indignação (06/07/2005) sobre os três possíveis nomes indicados para então ocuparem o cargo de Ministro das Comunicações, dentre eles, Hélio Costa, o escolhido. Para o grupo, dentre outras coisas, se o mesmo era dono de emissoras de rádios comerciais, como poderia ter a função de fiscalizar a radiodifusão? Importante notar que o recebimento da nota da Intervozes na lista causou um rebuliço. Estudantes quiseram aproveitar o espaço para escreverem também a sua nota, o que foi feito. A carta foi enviada mesmo fora do prazo necessário para que tivesse seguido junto às reivindicações do Intervozes.

De qualquer maneira, quando solicitei uma cópia da nota à lista, percebi que o caminho não seria tão simples: *“Ilana, estou te encaminhando a nota pela consideração que tenho a vc (sic). Mas até então ela não foi assinada e nem encaminhada e, portanto, não serve como documento da executiva para sua pesquisa”*, teria me escrito Mariana, de Pernambuco. Fui então acometida por várias dúvidas. O que estaria faltando para que a mesma fosse assinada e encaminhada? Qual o procedimento que seria adotado via ENECOS para que um documento se tornasse oficial? Quem decidia o que escrever e como se posicionar?

Listei as minhas dúvidas e passei-as por email. Poucos dias depois, a resposta esclarecia o passo-a-passo. Mariana me escreveu explicando que para a carta ser assinada é preciso que as pessoas do GET Democratização da Comunicação e da coordenação da ENECOS se manifestem sobre, pois a mesma deve representar um consenso ou a maioria. No caso dessa nota específica, ela e Marcelo (DF) fizeram a nota, divulgando na lista um posicionamento, mas como outras pessoas não se pronunciaram, principalmente da coordenação, a mesma não poderia ter valor oficial.

A carência de notas e posicionamentos oficiais saídos do GET Democratização da Comunicação não deixou os estudantes imunes às críticas de militantes mais experientes. No dia 10 de junho de 2005, por exemplo, Gustavo

Gindre assumiu mais uma faceta do seu papel dialógico com os estudantes. Já eram conhecidos os seus textos, sempre elogiados e comentados, assim também suas palestras em congressos e eventos: enérgicas, irônicas, didáticas e informativas. Pois nesse dia, Gindre adotou uma fala ainda mais direta: enviou um *email* pessoal à lista. Ele iniciou a carta dizendo não saber se a lista de discussão virtual seria o melhor lugar para debater o que gostaria, mas estava sentindo um “enorme vazio em relação ao tema da democratização da comunicação: o vazio deixado pelo movimento estudantil”.

Segundo Gindre, o momento vivido permitia desdobramentos concretos tanto no cenário internacional como no plano nacional. Propriedade intelectual e governança da Internet, a aproximação da Cúpula Mundial da Sociedade da Informação na Tunísia²⁵, as rádios comunitárias sendo fechadas, a criação pelo governo de um GT Interministerial, as reformulações por quais está passando a Anatel, estudos sobre a TV e rádios digitais, a criação de um Grupo de Trabalho na Compós²⁶ voltado para a relação entre política e comunicação, o Conselho de Comunicação Social “ter sido tomado pelo empresariado”, além da iniciativa do governo em criar um conselho consultivo para discutir a Lei Geral da Comunicação Social Eletrônica. Gindre antes de se despedir, diz que *“estas e muitas outras coisas estão acontecendo sem que eu veja uma única manifestação pública dos estudantes. No máximo um debate aqui, outro ali, mas nada que coloque o MECOM (movimento estudantil de comunicação) como ator deste processo. Por quê?”*

Mariana (PE) respondeu, logo em seguida, dizendo se sentir “muito contemplada pelo email do Gindre”, pois o que ele critica seria “triste, mas real”. A estudante não esconde a impaciência e pergunta: *“(...) Mais uma vez- e espero que a última - queria saber quem está dispost@²⁷ a iniciar uma discussão aqui? Pq as poucas e mesmas pessoas falam...” (14/06/2005)*

Dois dias depois, Danilo encaminhou uma carta – agora assim, assinada pela ENECOS – para que seguisse até o Palácio do Planalto, em Brasília, com o pedido para que os estudantes passassem a integrar formalmente o Comitê

²⁵ A Cúpula foi realizada entre os dias 16 e 18 de novembro de 2005. Programação disponível em: <http://www.itu.int/wsis/tunis/index.html>

²⁶ Associação Nacional dos Programas de Pós-Graduação em Comunicação (<http://www.compos.org.br>)

²⁷ Os estudantes costumam usar o símbolo @ por acreditarem que o mesmo faz referências aos gêneros masculino e feminino.

Consultivo para a elaboração do anteprojeto de lei da Comunicação Eletrônica de Massas no Brasil. Mais uma vez foi preciso a força de um mediador, via Internet, para acelerar o processo produtivo do grupo.

10.5

Rádios comunitárias derrubam aviões?

Em 19 de julho de 2005, Marcelo, estudante e idealizador da rádio livre Rala-Coco (UNB) encaminhou pela lista de discussão virtual dois pontos de vista sobre um mesmo fato: a possibilidade de rádios comunitárias interferirem no tráfego aéreo dos aviões, podendo derruba-los. Esse tem sido o principal argumento apresentando pela Anatel como forma de justificar ações de cerco a esse tipo de mídia. A forma como os dois pontos de vista foram encaminhados pelo estudante demonstra mais uma vez como os mediadores atuam para que os sentidos sejam negociados entre os estudantes a partir de uma ótica crítica. Na primeira parte do *email*, Marcelo “cola” a notícia divulgada pelo site da Anatel no dia 17/07:

“Fiscais da Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel) localizaram, interromperam e lacraram quarta-feira, 13, duas emissoras clandestinas que operavam em Santo Amaro, Zona Sul de São Paulo. (...) As duas estações geraram, nos últimos 20 dias, interferências nos radares do Cindacta (Centro Integrado de Defesa Aérea e Controle de Tráfego Aéreo) em Brasília e Curitiba, prejudicando os procedimentos de navegação aérea. (...) Após a interrupção do sinal, os transmissores e os equipamentos do estúdio foram lacrados pelos agentes da Agência e apreendidos pela Polícia Civil. Os proprietários (...) foram presos pela Polícia Civil e responderão por prática de crime previsto no artigo 183 (e seguintes) da Lei Geral das Telecomunicações (operar emissora clandestina). (...) O perigo de interferências desse tipo não é pequeno. Elas provocam sérios riscos de acidentes aéreos pela falta de controle nas telas dos computadores de navegação aérea ”.

Logo em seguida, Marcelo introduziu a voz de um mediador para essa discussão – no caso, através do artigo de Luz (2001) – oferecendo um olhar mediado capaz de conferir significados outros à notícia descrita acima. O autor iniciava o texto fazendo a seguinte provocação: “rádio de baixa potência pode provocar a queda de aviões. Isto é possível?” Reparem que o artigo de Luz trazido à discussão foi escrito 4 anos antes da divulgação da matéria da Anatel. Ainda assim o discurso que ali está inscrito é recuperado, retomado e utilizado como base para se pensar, para fazer a mediação.

Dioclécio Luz é jornalista, diretor do Sindicato dos Jornalistas do Distrito Federal e integrante da “Campanha contra a baixaria na TV”. Esses títulos lhe conferem mais força para os argumentos defendidos. Em seu texto ficava estabelecida a distância existente entre a possibilidade de emissoras – sejam comunitárias, comerciais ou clandestinas – de interferir em aeronaves e a possibilidade de causar um acidente. Isso porque, segundo ele, *“se o sistema aeronáutico fosse tão frágil assim como faz crer a ABERT e o Ministério da Defesa, seria mais fácil (e barato) para um terrorista comprar um transmissor de 25 watts do que despachar uma bomba a bordo”*. Vestindo esse teor irônico, Luz acrescentaria anos depois mais algumas provocações:

Em outubro passado, em Brasília, o Ministério Público determinou às telefônicas que tirassem suas torres das proximidades de escolas e hospitais por representarem riscos à saúde. Imediatamente apareceu um técnico da Anatel dizendo que isso seria complicado (isto é, caro) para as empresas, e que não havia riscos. (Luz, 2004)

No mesmo artigo, Luz esclarecia que os dispositivos utilizados pela Anatel em conjunto com a Polícia Federal foram criados pela ditadura militar. O artigo 70 da Lei 4.117/62 – assinado pelo general Humberto de Alencar Castelo Branco, com o objetivo de colocar na cadeia “os inimigos do regime”, pune com até 3 anos de cadeia quem opera sem autorização e está em vigor até hoje. Luz pergunta se os atuais inimigos do governo são o povo o brasileiro, “que insiste em viver e em querer se comunicar”?

Quando Marcelo compartilhou com a lista virtual uma fonte de mediação que lhe inspirou, tornou-se ele próprio um mediador. Esse fluxo é muito bem explicitado por Silverstone (2002):

Os significados mediados circulam em textos primários e secundários, através de intertextualidades infundáveis, na paródia e no pastiche, no constante replay e nos intermináveis discursos, na tela e fora da tela, em que nós, como produtores e consumidores, agimos e interagimos, urgentemente procurando compreender o mundo, o mundo da mídia, o mundo mediado, o mundo da mediação.